

# **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA**

Estado de São Paulo

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR CONSELHEIRO EDGARD  
CAMARGO RODRIGUES, DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DE SÃO PAULO**

TC 0 007201/989/20

Assunto: Contas da Administração Pública

Exercício: 2021

Prefeito: Paulo Kenji Sasaki

## **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE**

**IBIÚNA**, já qualificada nos autos em epígrafe, vem, mui respeitosamente perante Vossa Excelência, por intermédio de sua procuradora infra-assinada, apresentar as suas **JUSTIFICATIVAS** quanto aos apontamentos realizados, nos termos que seguem:

## **DAS PRELIMINARES**

Preliminarmente, oportuno esclarecer que estamos tratando das contas do primeiro ano da atual gestão administrativa do município de Ibiúna, com histórico de sucessivas contas julgadas irregulares por esta Corte de Contas, principalmente por também sucessivos resultados deficitários e caótica situação financeira, resultados esses que levarão “anos” para que sejam ajustados, e sem dúvidas trouxeram reflexos a esta administração.



# **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA**

Estado de São Paulo

Oportuno requerer desta Corte de Contas, que ao analisar as contas do executivo, pondere, o resultado alcançado no município NO EXERCÍCIO EM COMENTO, diferentemente dos resultados acumulados, de forma a opor opinião sobre a gestão econômica e financeira do exercício de 2021.

## **PERSPECTIVA A: PLANEJAMENTO**

### **A.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - PLANEJAMENTO**

#### **A.1.1. CONTROLE INTERNO:**

##### **Ausência de verificação da efetividade de políticas públicas**

No tocante ao apontamento sobre ausência de verificação da efetividade de políticas públicas implantadas, cabe esclarecer que o Controle Interno exercia vigilante remessa de ofícios aos setores, sempre indicando posturas a serem adotadas e condutas a serem corrigidas, em especial as indicadas por este Tribunal de Contas.

A Controladoria Geral do Município exerceu uma postura ativa, em especial com relação a Covid-19, sempre cobrando alimentação do sistema sobre vacinas aplicadas, pessoas contaminadas e posturas a serem adotadas na saúde para prevenção e conscientização sobre a pandemia.

De modo, não ter que se falar em ausência de verificação da efetividade de políticas públicas implantadas, devendo ser afastando o presente apontamento.



# **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA**

Estado de São Paulo

## **A.2. IEG-M – I-PLANEJAMENTO:**

**Apontamentos que denotam carência de condições efetivas para adequada formulação das Políticas Públicas do Município; elaboração de peças de planejamento meramente formais e sem observância dos requisitos legais; inadequações decorrentes dos quesitos do IEG-M 2021 que comprometem o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela Agenda 2030 entre países membros da ONU**

Ao contrário do apontado no item A.2. IEG-M-I-PLANEJAMENTO – Índice C, do Relatório de Fiscalização Municipal, cabe esclarecer que o município **realizou em 14 de outubro de 2021, a Audiência Pública** para debate e consulta pública sobre: 1 – Projeto de Lei n. 96 de 2021 que “Dispõe sobre a fixação de metas fiscais, programas governamentais, custos, riscos fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício de 2022 e dá outras providências; 2 – Projeto de Lei n. 97 de 2021 que “Dispõe sobre o Plano Plurianual para quadriênio 2022 a 2025 do Município de Ibiúna e dá outras providências; 3 – Projeto de Lei n. 98 de 2021 que “Estima a receita e fixa a despesa do Município da Estância Turística de Ibiúna, para o exercício financeiro de 2022”.

E no tocante as suas peças de planejamento, vem realizando modificações de modo a confeccioná-las com maior complexidade de dados garantindo maior detalhamento, obedecendo integralmente a todos os requisitos legais.

Estando assim sendo respeitado o artigo 48, §1º, inciso I, da Lei Complementar Federal n. 101, de 04 de maio de 2000.



# **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA**

Estado de São Paulo

## **A.2.1. FISCALIZAÇÃO ORDENADA (OUVIDORIA)**

### **Irregularidades remanescentes**

O Ilmo. Sr. Dr. Ouvidor Geral, Sandro Alves Almeida, através do Ofício Ouvidoria n. 49/2022 (documento anexo), informou que a Ouvidoria Geral do Município teve sua regulamentação criada pela Lei Complementar n. 204, de 20 de maio de 2022. E que o mesmo foi designado Ouvidor através da Portaria n. 15.117 de 26 de maio de 2022.

Com relação ao Conselho de Usuários, informou estar elaborando juntamente com o Departamento Jurídico um Projeto de Lei que cria o CONSELHO DE USUÁRIOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, para ser encaminhado para Câmara de Vereadores da Estância Turística de Ibiúna, atendendo ao disposto nos artigos 18 a 21 da Lei Federal n. 13.460/2017.

Juntou ainda, o Relatório de Gestão do ano de 2021, informando que foram prestados esclarecimentos sobre as formas de divulgação e acesso público aos serviços disponibilizados ao cidadão, em sistemas de plataforma eletrônica da Ouvidoria (Transparência dos serviços constantes no site oficial do Município da Estância Turística de Ibiúna; Plataforma eletrônica do sistema e-SIC; bem como foram disponibilizados modelo para Requerimentos; e-mail e o número de telefone direto da Ouvidoria, este último meio através do qual, também são recebidas manifestações/reclamações, denúncias, etc.) bem como informações sobre o atendimento presencial, com modelo de requerimentos eletrônicos e físicos, e explicações referente ao acesso rápido dos serviços.

Assim, atendendo ao disposto na Lei Federal 13.460, de 26 de junho de 2017.



# **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA**

Estado de São Paulo

## **A.2.2. OBRAS PARALISADAS**

**Inobservância ao regramento da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, obras em estado de abandono; serviços mal executados;**

O Ilmo. Sr. Secretário de Obras, Kelvin Christian R. Alves, em resposta ao Ofício encaminhado para sua secretaria onde constavam os apontamentos realizados por este Tribunal de Contas, esclareceu que no tocante a **Pavimentação e Drenagem Superficial Trecho da Estrada Municipal Bairro Lageadinho ao Puris** esta obra foi paralisada na gestão anterior e não foi retomada pois o convênio com o Estado venceu e a Administração anterior não solicitou prorrogação dentro do prazo, bem como o contrato com a empresa F FORTES junto com a Prefeitura também encontra-se vencido e sem solicitação de prorrogação dentro do prazo legal. Sendo assim, esta obra no momento não será retomada;

Sobre a Construção da Unidade Básica de Saúde – no Bairro do Tavares, esta obra foi paralisada na gestão anterior e o convênio cancelado por motivos de não cumprimento do prazo de execução da obra. A Prefeitura está analisando a possibilidade de terminá-la com recursos próprios do Município;

Com relação aos Abrigos de Ônibus, informa-se que esta gestão notificou a empresa para paralisar a obra, pois em vistoria a alguns pontos verificou-se que estavam em desacordo com o projeto licitado, assim, a administração atual solicitou a abertura de um processo administrativo para que sejam apurados os fatos e somente depois da conclusão, decidir se dará continuidade a essa obra ou não;



# **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA**

Estado de São Paulo

No tocante a Reforma e ampliação do Posto de Saúde Central “Dr. Arcy Bandeira”, o Secretário de Obras coube esclarecer que o convênio encontra-se cancelado bem como o contrato com a empresa que estava executando a obra, assim a reforma será concluída com recurso próprio do Município. Quanto a obra de Ampliação, o convênio também se encontra cancelado, e o contrato com a empresa que estava executando a obra venceu e a gestão anterior não prorrogou; a Prefeitura esteve em contato com o Ministério da Saúde para verificar a possibilidade de reativação desse convênio para que possa terminar a obra, mas o Ministério da Saúde indeferiu a repactuação, e no momento a Prefeitura está analisando a possibilidade de terminá-la com recurso do próprio Município;

A Construção da Unidade Básica de Saúde do Bairro Rosarial foi paralisada na gestão anterior e o convênio está cancelado pelo não cumprimento do prazo de execução da obra. A Prefeitura esteve em contato com o Ministério da Saúde para ver a possibilidade de reativação desse convênio para que possa terminar essa obra, mas o pedido de repactuação foi indeferido pelo Ministério da Saúde, e no momento a Prefeitura está analisando a possibilidade de terminá-la com recurso do próprio Município;

E por fim, sobre a Reforma do Terminal Rodoviário cabe esclarecer que essa obra tratava da reforma da rodoviária e entorno. Iniciou-se a obra do entorno a qual não foi concluída 100%, já que a reforma da rodoviária nem chegou a iniciar-se, o contrato com a empresa expirou-se em 15/02/2017 e não foi prorrogado e nem aberto novo processo licitatório pelas gestões anteriores;

De modo que solicita-se que seja analisado o empenho do município em resolver a situação, porém tratam-se de situações que dependem de grande estudo financeiro, pugna-se assim pelo afastamento



# **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA**

Estado de São Paulo

do apontamento de irregularidade realizado e que o mesmo volte a ser objeto de análise em fiscalização futura.

## **A.2.3. FISCALIZAÇÃO ORDENADA (OBRAS PARALISADAS)**

### **Serviços mal executados**

Cabe esclarecer sobre a Pavimentação e drenagem do Bairro da Ressaca (Pavimentação e drenagem nas Ruas 24 de Setembro; Nicolino Marcicano; Horácio Fermino Alves; Antonio Guimanhães; São Luis; Travessa 16; Travessa Lázaro Rodrigues da Silva; Ruas Teodoro Rodrigues da Silva e Atlântico): informa-se que as Ruas 24 de Setembro, Horácio Fermino Alves, Antônio Guimanhães, São Luis e Teodoro Rodrigues da Silva, **foram executadas e finalizadas com o recurso do FINISA.**

Com relação as ruas Nicolino Marcicano; Travessa 16; Lázaro Rodrigues da Silva e Atlântico, o contrato das mesmas com a prefeitura venceu e não foi prorrogado dentro do prazo legal, a administração atual resolveu licitar novamente esta obra somente das ruas citadas acima, as quais **foram executadas e finalizadas.**

## **PERPECTIVA B: GESTÃO FISCAL**

### **B.1.1.1.3. DAS DESPESAS**

**Utilização de recursos vinculados da Saúde (Covid-19) para custeio de despesas do Ensino.**



# **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA**

Estado de São Paulo

Iniciam-se as argumentações deste item, destacando que o resultado orçamentário do exercício em comento foi superavitário, na ordem de 3,69%, revertendo uma série histórica de resultados deficitários dos últimos exercícios como bem demonstrou a auditoria:

<b>Exercício</b>	<b>Resultado da execução orçamentária</b>	<b>Percentual do resultado da execução orçamentária</b>	<b>Percentual de investimento</b>
<b>2021</b>	<i>Superávit de</i>	3,69%	7,46%
<b>2020</b>	<i>Déficit de</i>	11,31%	7,25%
<b>2019</b>	<i>Déficit de</i>	3,76% <sup>7</sup>	3,72%
<b>2018</b>	<i>Déficit de</i>	5,54% <sup>8</sup>	1,25%

E com um alto grau de investimento, na ordem de 7,46 %, quase que o dobro registrado no Estado de São Paulo, que também tem-se que ressaltar.

Com relação ao apontamento da auditoria, o que ocorreu foi apenas um equívoco na análise do Auditor.

A Secretaria da Saúde no decorrer da pandemia da Covid-19, recebeu recursos dos Governos Federal e Estadual para a prevenção e combate a essa doença.

Concomitante, os recursos foram gerenciados pela Secretaria Municipal da Saúde, que foi o órgão Municipal que traçou todas as ações no âmbito municipal de combate a Covid-19, razão pela qual, no exercício de 2021, quando as aulas começaram a retornar de forma presencial, foram destinadas as escolas Jalecos e Totens, equipamentos e acessórios indispensáveis para a “retomada” dos estudos, e para serem utilizados nas escolas municipais.



# **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA**

Estado de São Paulo

Diante, das necessidades e das urgências que a pandemia trouxe ao município e ao mundo nos anos de 2020 e 2021, as ações praticadas, em nada feriram as normas de finanças públicas.

E por fim, não se pode falar em desatendimento ao parágrafo único do artigo 8º da Lei Complementar no 101/00, senão vejamos o disposto no citado artigo:

## ***Da Execução Orçamentaria e do Cumprimento das Metas***

*Art. 8º- Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso. (Vide Decreto no 4.959, de 2004) (Vide Decreto no 5.356, de 2005)*

***Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.***

Não houve qualquer “desvio de finalidade dos recursos”.

A finalidade do recurso federal repassado ao município foi para o combate e a prevenção a Covid-19 aos munícipes de Ibiúna e as despesas realizadas atenderam a essa finalidade, pois os alunos e profissionais da educação de Ibiúna, são munícipes que foram atendidos, sendo beneficiados com os totens e jalecos adquiridos com esses recursos para se prevenirem da covid-19.



# **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA**

Estado de São Paulo

Desta forma, solicita-se a desconsideração deste item por medida de extrema justiça, quando do julgamento das contas em tela.

## **B.1.2. RESULTADOS FINANCEIRO, ECONÔMICO E SALDO PATRIMONIAL**

### **Registros contábeis indevidos; elevado *déficit* financeiro**

Como se verifica, o município vinha à vários exercícios de resultados expressivamente negativos, porém o exercício em tela, apesar de todas as suas dificuldades enfrentadas pela administração em seu primeiro ano de mandato, em especial por suas ações no enfrentamento e prevenção à pandemia da Covid-19, que afetou o mundo, e não diferente no município de Ibiúna, registrou em nosso município um resultado significativamente positivo, e com isso já demonstra um sinal de positividade da gestão administrativa, e a postura de como será a linha de conduta a frente das finanças da Administração do Município de Ibiúna.

Há que se ressaltar que temos ciência que a forma de gestão utilizada no ano não foi o suficiente para reverter resultados negativos de anos, porém, não caberia em se falar de qualquer penalização pôr não conseguir reverter todos esses resultados negativos em um único ano de resultado positivo.

A relação do déficit apresentado pela auditoria se deve, por ajustes contábeis, que no decorrer do exercício de 2022, serão juntamente com os colaboradores do setor de contabilidade, conciliadas essas informações, sejam elas positivas e negativas, como a auditoria citam, visando deixar ainda mais clara as demonstrações contábeis.



# **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA**

Estado de São Paulo

<b>Resultados</b>	<b>Exercício em exame</b>	<b>Exercício anterior</b>	<b>%</b>
Financeiro	R\$ (10.343.770,32)	R\$ (26.474.704,28)	60,93%
Econômico	R\$ 28.963.735,46	R\$ 106.063.769,07	-72,69%
Patrimonial	R\$ 263.195.799,32	R\$ 237.784.605,11	10,69%

Com os ajustes da auditoria, conforme registros de fls.16 e 17 do relatório da fiscalização, elevaram o déficit FINANCEIRO para (-) R\$ 37.762.870,78, “todos” relativos a ajustes não contabilizados no exercício de 2020, responsabilidade esta que não pode ser atribuída a atual administração.

Naquilo que compete a atual administração, se apurado de forma isolada, o resultado da execução orçamentária do município somou quase 10 milhões de reais (precisamente R\$ 9.859.887,15, que equivale à 3,69 %).

Porém, o que a Auditoria pode constatar de forma real e consistente é a rigidez na condução das finanças, visto o real resultado orçamentário positivo, que em nenhum momento foi contestado pela fiscalização.

Isto posto, com relação a este apontamento da Execução Orçamentária, solicita-se a desconsideração total deste item por medida de extrema justiça, quando do julgamento das contas em tela.



# **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA**

Estado de São Paulo

## **B.1.3. DÍVIDA DE CURTO PRAZO**

### **Ausência de liquidez**

Índice de Liquidez Imediata	Disponível	R\$ 29.559.498,48	0,47
	Passivo Circulante	R\$ 63.167.370,25	

Em relação ao Índice de Liquidez Imediata (ILC), apurado no exercício foi de R\$ 0,47, que conceitualmente indica que para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo, o município possui apenas R\$ 0,47, estando, portanto, insolvente.

Mesmo com as argumentações trazidas no item anterior, onde enfatiza-se que o resultado orçamentário do exercício foi positivo, na ordem de R\$ 9.859.887,15, é evidente que o mesmo não foi o suficiente para reverter os resultados negativos de exercícios anteriores, e, portanto, o resultado da dívida de curto prazo ainda não registrou uma liquidez, porém tem-se que citar que a Administração irá buscar, de forma ininterrupta, diminuir as contas a pagar de curto prazo, e consequentemente aumentar a sua liquidez.

Acredita-se que desta forma, a falta de liquidez não diz respeito a execução do exercício em comento, mas sim de exercícios anteriores, o que deve ser levado em consideração por esta Egrégia Corte de Contas para a formação da opinião, que talvez possa ser diferente de uma análise individualizada do exercício.

Diante de todo o exposto, requer-se assim, a desconsideração de mais esse item.



# PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

## B.1.4. DÍVIDA DE LONGO PRAZO

### Descontrole na contabilização de passivos

	Exercício em exame	Exercício anterior	AH%
Dívida Mobiliária			
Dívida Contratual	3.524.453,20	5.782.488,70	-39,05%
Precatórios	20.197.958,35	3.457.662,40	484,15%
Parcelamento de Dívidas:	87.664.647,87	70.836.927,55	23,76%
De Tributos			
De Contribuições Sociais	67.550.688,39	60.043.919,01	12,50%
Previdenciárias	67.550.688,39	60.043.919,01	12,50%
Demais contribuições sociais			
Do FGTS	20.113.959,48	10.793.008,54	86,36%
Outras Dívidas	28.746.568,26	24.625.125,30	16,74%
Dívida Consolidada	140.133.627,68	104.702.203,95	33,84%
Ajustes da Fiscalização	10.787.229,76		
Dívida Consolidada Ajustada	150.920.857,44	104.702.203,95	44,14%

O apontamento deste item, inicialmente, não tem-se como concordar, pois o Auditor pôde constatar o real cumprimento dos limites das dívidas de longo prazo, que mesmo tendo uma elevação de um exercício para outro não descumpriu nenhuma legislação, nem tão pouco chegou a 50% do limite estabelecido pela legislação (que é de 120 % da RCL).

Além dos ajustes levados a efeito e inclusos pela auditoria (contratos de financiamento FINISA da Caixa de R\$ 10.787.229,76), em sua maior parte (70%) do exercício de 2020, os demais itens que elevaram a dívida, foi a “regularização” contábil de dívidas contraídas e não contabilizadas em exercícios anteriores à 2021, como é o caso dos precatórios judiciais, variando quase R\$ 17.000.000,00 que não encontravam-se contabilizados; contrato de parcelamento de FGTS em torno de R\$ 9.000.000,00.



# **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA**

Estado de São Paulo

À exemplo do já requerido em itens anteriores, verifica-se que a administração somente “regularizou” a forma de contabilização, sendo que, por motivo de justiça, a responsabilidade pela evolução do endividamento do município não pode ser atribuída ao exercício em questão, sendo que foram contraídas em exercícios anteriores.

Desta forma solicita-se a proposta de regularização das próximas auditorias.

## **B.1.5. PASSIVO JUDICIAL**

### **B.1.5.1. PRECATÓRIOS**

#### **Falhas na contabilização e acompanhamento dos precatórios devidos pela Prefeitura**

De acordo com informações prestadas pela Origem e carreadas junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o município está enquadrado no Regime Especial.

Os testes efetuados, na extensão considerada necessária, permitiram constatar que houve pagamento integral da dívida referente ao exercício analisado, tendo sido depositado o montante de R\$ 3.330.846,00 ao longo do período (Documento 11 – fls. 2)

REGISTRO CONTÁBIL DA DÍVIDA DE PRECATÓRIOS	
Valor atualizado até 31/12 do exercício anterior*	R\$ 11.361.005,28
Valor da atualização monetária ou inclusões efetuadas no exercício em exame**	R\$ 10.852.066,51
Valor cancelado	R\$ 1.769.448,28
Valor pago***	R\$ 2.655.607,29
Ajustes da Fiscalização	
Saldo atualizado em 31/12 do exercício em exame	R\$ 17.788.016,22



# **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA**

Estado de São Paulo

## **APURAÇÕES REFERENTES À EMENDA CONSTITUCIONAL N. 109, DE 15 DE MARÇO DE 2021**

Considerando o valor dos depósitos referentes ao exercício em exame, o quadro a seguir procura demonstrar que nesse ritmo as dívidas com precatórios estariam liquidadas até o exercício de 2029, conforme Emenda Constitucional n. 109, de 15 de março de 2021.

EC Nº 109/2021 : QUITAÇÃO DOS PRECATÓRIOS ATÉ	2029	
Saldo de precatórios até 31.12 de 2021		R\$ 17.788.016,22
Número de anos restantes até 2029		8
Valor anual necessário para quitação até 8		R\$ 2.223.502,03
Montante depositado referente ao exercício de 2021		R\$ 3.330.846,00
Nesse ritmo, valor suficiente para quitação em 2029		

Iniciam-se as nossas argumentações demonstrando o integral CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO, e conforme apurado pela fiscalização, que o ***“TJSP atesta a suficiência dos depósitos de competência do exercício fiscalizado? SIM”***.

Quanto ao apontamento de que o Balanço Patrimonial não registra corretamente os saldos da dívida, e ineficiência dos lançamentos bancários referentes ao registro dos precatórios, temos a informar que a ausência da contabilização ocorreu em virtude de as informações do DEPRE, só foram disponibilizadas após encerramento do balanço do exercício em tela.

Importante que se destaque que não houve qualquer intenção em se “omitir” passivo nas demonstrações financeiras, sendo que os atos estão desprovidos de má-fé, sendo que na verdade não se tinha no



# **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA**

Estado de São Paulo

momento do fechamento dos balanços as informações advindas em momento extemporâneo.

Feitos os esclarecimentos necessários, já pleiteou-se ao Departamento de Contabilidade a contabilização e inscrição da dívida fundada do município, motivo qual requer-se proposta de regularização, e também solicitar a desconsideração de mais este apontamento, lançamentos que poderão ser verificados a sua regularização dos ajustes nas próximas auditorias.

## **B.1.5.2. REQUISITÓRIOS DE BAIXA MONTA**

### **Ausência de contabilização dos requisitórios; atraso nos pagamentos**

REQUISITÓRIOS DE BAIXA MONTA		
Valor atualizado até 31/12 do exercício anterior	R\$	106.166,26
Valor da atualização monetária ou inclusão efetuadas no exercício em exame	R\$	723.557,10
Valor cancelado		
Valor pago	R\$	823.803,81
Ajustes efetuados pela Fiscalização		
Saldo atualizado em 31/12 do exercício em exame	R\$	5.919,55

Os valores dos RPVs – requisitórios de pequeno valor, são recebidos para pagamento em 60 dias.

Assim, constam dotações orçamentárias no próprio orçamento para seu resgate, e não se registra no Balanço Patrimonial uma vez que o a exigibilidade dos RPVs é para o mesmo ano, não ultrapassando o próximo exercício financeiro.

Importante trazer a discussão para elucidação do apontamento, a legislação pertinente para a matéria guerreada, que trata do



# **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA**

Estado de São Paulo

registro contábil da dívida fundada está disposto no art. 98 da Lei Federal n. 4.320/64, que preleciona que a dívida fundada compreende os valores de exigibilidade superior a 12 meses, senão vejamos:

*“Art. 98. A dívida fundada compreende os compromissos de exigibilidade superior a doze meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou a financeiro de obras e serviços públicos.*

*Parágrafo único. A dívida fundada será escriturada com individuação e especificações que permitam verificar, a qualquer momento, a posição dos empréstimos, bem como os respectivos serviços de amortização e juros.”*

Assim, a forma com que administração conduziu os registros contábeis de RPV não pode ser entendida como “omissão” de passivo, uma vez que não existe nenhuma prática ilegal.

Todavia, para que não paire dúvidas da lisura da administração em garantir a transparência, pugnou-se ao departamento competente que efetue os lançamentos neste exercício corrente, sanando por vez tal irregularidade, modos que requer-se a proposta de regularização, que já poderá ser constatada quando na auditoria do exercício corrente.

Com relação ao atraso no pagamento, o mesmo ocorreu em apenas dois casos, que quando identificados, mesmo que extemporâneos foram quitados, não causando nenhum prejuízo as finanças do município bem como as partes interessadas.

Diante das argumentações acima, solicita-se a proposta de regularização nas próximas auditorias, uma vez que não se registrou quaisquer atos dolosos ou de má fé.



# **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA**

Estado de São Paulo

## **B.1.5.3. PRECATÓRIOS A RECEBER**

### **Falta de controle sobre os créditos a favor da Prefeitura**

A Auditoria, aponta a falta de contabilização dos processos 1280/1976 e 808/1978 que o município tem direito de receber da Fazenda Pública do Estado de São Paulo.

Neste caso, ocorreu a falta de informações, junto ao Setor de Contabilidade desta Informação, porém após o conhecimento destes precatórios estamos buscando informações junto ao DEPRE dos mesmos para que haja a contabilização no decorrer do exercício de 2022, sanando essa falha técnica, que poderá ser verificado quando na auditoria do corrente exercício.

## **B.1.6. ENCARGOS**

### **Pendência no recolhimento do INSS; atraso no recolhimento do FGTS, acarretando no pagamento de juros e multa; encargos do FGTS referentes ao exercício de 2020 em aberto**

A diferença no recolhimento previdenciário de fevereiro/21 se deu devido a divergência de informações em SEFIP, sendo regularizada em 30/08/22, conforme extrato anexo.

Os pagamentos extemporâneos de FGTS se deram em virtude da troca da empresa que operava o sistema contábil/financeiro da Prefeitura, ficando regularizado a partir de abril/21.



# **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA**

Estado de São Paulo

Sobre as pendências de recolhimento do FGTS de 2020, as mesmas serão parceladas junto à Caixa Econômica Federal em 2022.

De modo que demonstra-se a diligência em resolver as situações que se apresentem, pugnando pelo afastamento do apontamento em questão.

## **B.1.6.1. PARCELAMENTOS DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS**

### **Cumprimento parcial dos pagamentos**

Cumpre-nos esclarecer que o pagamento do parcelamento previdenciário é debitado diretamente no FPM – Fundo de Participação dos Municípios.

Os valores residuais resultam de saldos insuficientes no FPM, que foram quitados posteriormente.

Devendo assim, ser rejeitado o apontamento em questão.

## **B.1.6.2. DEMAIS PARCELAMENTOS (FGTS/PASEP)**

### **Controles precários, impedindo a validação dos pagamentos**

Esclarece-se que os contratos de parcelamentos do FGTS, estão contabilizados na Dívida Fundada Interna.

A Caixa Econômica Federal informa mensalmente o valor da parcela, de cada contrato, a ser paga.



# **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA**

Estado de São Paulo

A contabilidade empenha o pagamento e baixa, de acordo com o código informado de cada contrato, na Dívida Fundada, conforme documento anexo.

Sobre a existência de parcelamento junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, trata-se de parcelamento de multas/CLT, sendo parcelado em 60 meses, pago por débito em conta-corrente, no último dia do mês, conforme documento anexo.

## **B.1.9. ANÁLISE DOS LIMITES E CONDIÇÕES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL**

### **B.1.9.1. DESPESAS DE PESSOAL**

#### **Gastos com pessoal contabilizados como serviços de terceiros**

Período	Dez 2020	Abr 2021	Ago 2021	Dez 2021
% Permitido Legal	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%
Gasto Informado	R\$ 120.254.122,09	R\$ 119.082.638,10	R\$ 113.390.732,67	R\$ 119.358.284,88
Inclusões da Fiscalização	R\$ 3.527.264,63			R\$ 1.286.366,55
Exclusões da Fiscalização				
Gastos Ajustados	R\$ 123.781.386,72	R\$ 119.082.638,10	R\$ 113.390.732,67	R\$ 120.644.651,43
Receita Corrente Líquida	R\$ 226.837.679,27	R\$ 238.041.643,54	R\$ 244.884.461,04	R\$ 254.811.633,73
Inclusões da Fiscalização				
Exclusões da Fiscalização				
RCL Ajustada	R\$ 226.837.679,27	R\$ 238.041.643,54	R\$ 244.884.461,04	R\$ 254.811.633,73
% Gasto Informado	53,01%	50,03%	46,30%	46,84%
% Gasto Ajustado	54,57%	50,03%	46,30%	47,35%

Verificou o agente de fiscalização a ocorrência de algumas falhas técnicas, quanto da classificação contábil de algumas despesas com pessoal, empenhadas em outros elementos de despesas (3.3.90.39 – outros serviços de terceiros PJ).



# **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA**

Estado de São Paulo

O pequeno lapso foi oriundo de falha técnica administrativa, que, mesmo considerando a inclusão dos técnicos desta Corte, o valor, de pequena monta se considerado o total dos gastos com pessoal elevou o índice em apenas 0,51 % (R\$.1.286.366,65/R\$.254.811.633,73).

Com a ciência do relatório da auditoria, tomaram-se providências, sendo que os colaboradores já foram alertados para que as mesmas não mais voltem a ocorrer.

Ressalte-se que a administração cumpriu fielmente a legislação, em especial ao disposto no art. 23 da Lei Complementar no 101/00, haja vista que assumiu o município com índice limite de gastos com pessoal acima do limite (54,57%), e reduziu mais de 1/3 no primeiro quadrimestre do ano de 2021, e reconduzindo o índice logo ao final do primeiro ano de sua administração para 47,35% (já inclusos os ajustes do TCESP).

Feitos os esclarecimentos necessários, e reitera-se que a falha técnica causada pelos nossos colaboradores em poucos empenhos que alteraram 0,51% o índice apurado com a despesa de pessoal não possa prejudicar a análise das contas em tela, motivo qual, requer-se a desconsideração total deste apontamento.

## **B.1.10. DEMAIS ASPECTOS SOBRE RECURSOS HUMANOS**

### **Cargos em Comissão desprovidos das características da espécie e ausência de envio de dados ao Sistema Audesp**

Com relação aos apontamentos realizados referentes a servidores nomeados em cargo em comissão e que tais cargos não



# **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA**

Estado de São Paulo

possuiriam descrição nem características de chefia, direção ou assessoramento, esclarece-se que a Municipalidade editou a **Lei Complementar n. 200 de 28 de março de 2022**, reestruturando as carreiras da Prefeitura Municipal, documento anexo.

Quanto as pendências de envio de informações ao Sistema Audep – Fase 3, a sra. Bruna Steffany Corrêa de Oliveira, Diretora da Divisão de Recursos Humanos, certificou que foram realizadas todas as atualizações necessárias.

Requer-se assim, o afastamento do apontamento realizado.

## **B.2. IEG-M – I.FISCAL – ÍNDICE C**

**Inadequações decorrentes dos quesitos do IEG-M 2021 que comprometem o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS estabelecidos pela Agenda 2030 entre Países-Membros da ONU**

Com o fim de proporcionar uma visão de futuro e a fim de exercer ações efetivas com relação ao cumprimento dos indicadores do IEGM.

Busca-se diuturnamente adequação de nossos serviços e nosso atendimento à população; a adequação e a busca dos objetivos do desenvolvimento sustentável é uma de nossas metas.



# PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo


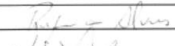
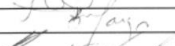


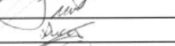


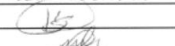
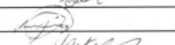
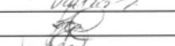


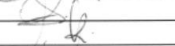











A administração vem desenvolvendo cursos de planejamento, IEGM e Gestão Municipal, visando a capacitação dos Secretários e Diretores do município.

**Prefeitura da Estância Turística de Ibiúna**

**Data: 22/07/2021**

**Planejamento e Gestão Municipal - Contabilidade Pública e Execução Orçamentária.**


**Lista de Presença:**

CURSO: "Contabilidade Pública e Execução Orçamentária".			
 <b>BRG AGN</b> Bragado Assessoria e Gestão de Negócios			
<b>LISTA DE PRESENÇA</b> Palestrante: Luiz Fernando Roncada    Data: 22/07/2021    Local: Secretária de Indústria e Comércio    Hrs: 08 Hrs			
Nome completo do participante	Assinatura	Cargo	E-mail
1 Regina Alves Moreira		CONTABILIDADE	regina.alves@ibiu-na.sp.gov.br
2 Tarciana Antunes Soares		Sec. Indústria e Comércio	SOARES.TARCIANA@IBIUNA.SP.GOV.BR
3 Carlos Roberto Moraes		Sec. Habitação	carlos.moraes@ibiu-na.sp.gov.br
4 Helder de Souza Moraes		Execução Orç.	helder.souza@ibiu-na.sp.gov.br
5 FELIPE DANIEL SOBRINHO		SEC. ESPORTE	FE_SOBRIHO@YAHOO.COM.BR
6 José Antônio Jansen de Vries		Sec. Ind. COM	jae.mdo@BRPULHOS.MAT.COM
7 Lúcia Maria de Camargo		SPC. Rend. Int.	lucia.camargo@ibiu-na.sp.gov.br
8 Sakura Akabane Nami		Sec. Habitação	sakura.nami@ibiu-na.sp.gov.br
9 Anderson Roberto Soares da Silva		Indústria e Comércio	anderson.roberto@ibiu-na.sp.gov.br
10 Anderson Roberto Soares da Silva		Indústria e Comércio	anderson.roberto@ibiu-na.sp.gov.br
11 Heliana Raimundo da Silva		Secretaria Habitação	heliana.raimundo@ibiu-na.sp.gov.br
12 Gerson Vinícius		SRD	gerson.vinicius@ibiu-na.sp.gov.br
13 Erika Kimura		Secretaria de Esporte	erika.kimura@ibiu-na.sp.gov.br
14 Breno de V. Camargo		Sec. Indústria e Comércio	breno.camargo@ibiu-na.sp.gov.br
15 Camila Emiko Tashiki Sales		Chefe Arrend. INDEA	camila@IBIUNA.SP.GOV.BR
16 Valonir de Jesus Gomes da Silva		Sec. Indústria e Comércio	valonir@ibiu-na.sp.gov.br
17 Valter Amador de Mello		Sec. Indústria e Comércio	valter.amador@ibiu-na.sp.gov.br
18 Lúcia Maria de Camargo		Sec. Indústria e Comércio	lucia.camargo@ibiu-na.sp.gov.br
19 DEBORA GUILHERME DIAS VARESE		FISCAL AMBIENTAL	debora.varese@ibiu-na.sp.gov.br
20 ANTONIO RUIZ DIAS DE SOUZA		Sec. Indústria e Comércio	antonio.ruiz@ibiu-na.sp.gov.br
21 AUCILAN R. K. R. R. R.		Sec. Indústria e Comércio	aucilan@ibiu-na.sp.gov.br
22 Valéria Maria de Almeida		Sec. Saúde	valeria.almeida@ibiu-na.sp.gov.br
23 SHEILA PEDROSO MARINHO		DIRETORA S.M.A.S.	sheilamarinho@ibiu-na.sp.gov.br
24 Regiane Cristina R. Machado		Sec. Assistência Social	regianemachado@ibiu-na.sp.gov.br



# PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo



BRG AGN  
Brigadeiro Assessoria e Gestão de Negócios

CURSO: "Planejamento e Gestão Municipal, Contabilidade Pública e Execução Orçamentária."

LISTA DE PRESEÇA

Palestrantes: Luiz Fernando Roncada

Local: Secretária de Indústria e Comércio

Dia : 22/07/2021

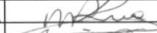

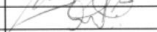
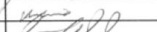







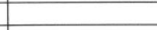
Horário: 8:30 às 17:00

Nome completo do participante

Assinatura

Cargo

E-mail

25	Márcia de Almeida Dias Rosa		Coord. Var. Ambiental	marcia_diasrosa@gmail.com
26	RUIZINOUS RUBIM		DIRETOR RUA BOTA	Ruibinoous@hotmail.com
27	ALANNO SILVA DA FORTES		DIRETOR - FAS	ALANNO.SILVA@GMAIL.COM
28	ALVARO TEIXEIRA		DIRETOR - Lda Comercio	ALVARO.SILVA@GMAIL.COM
29	ALVARO MORAES JESUS SHERWIN		DIRETOR - DIR. FISCAL	sim.07b@sp.gov.br
30	ELIANA ADAR DE CARVALHO		DIRETOR - DIR. BOTA	ELIANAADAR@gmail.com
31	NIDIA BILLO DE OLIVEIRA		Secretaria - Educação	nydia.billo@educacao.sp.gov.br
32	MARCELO RODRIGUES SILVA		SEC. DE SEGURANÇA	MARCELO.RODRIGUES@GMAIL.COM
33	JESUS SANTOS MORAES DA SILVA		SEC. INDUSTRIA E COMERCIO	JESUS.SANTOS@GMAIL.COM
34	LAURINE RIBEIRO RODRIGUES		SEC. INDUSTRIA E COMERCIO	LAURINE.RIBEIRO@GMAIL.COM
35	EUZEBIO DA SILVA		PROCURADOR	EUZEBIO.SILVA@hotmail.com
36	RAYMUNDO JOSE COSTA MOURA JUNIOR		DIRETOR - BOTA E BOTA	RAYMUNDO.JUNIOR@GMAIL.COM
37				
38				
39				
40				
41				
42				
43				
44				
45				
46				
47				
48				
49				
50				



# **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA**

Estado de São Paulo



Não somente as áreas de planejamento e finanças receberam treinamento, mas sim, todas as diretoras e vice-diretoras municipais, também receberam capacitação:

**Prefeitura da Estância Turística de Ibiúna**

**Data: 04/08/2021**

**I Encontro sobre Prestação de Contas - Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)**

Lista de Presença:



## Estado de São Paulo

Brigadeiro com Bifeito

I Encontro sobre Prestação de Contas - Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)			
Desenvolvido para a Prefeitura Municipal de Ibiúna/SP			
- MANHÃ - DIA 04/08/2021			
	Nome Participante	RG	E-mail
1	Luciana Ferreira Reginaldo de Aquino	17.396.522-2	luciana.aquino4@hotmail.com
2	Thiana Pereira Lima dos Santos	19.358.913-6	joana.pereira.lima@gmail.com
3	Edilma Edna Lourenques Fabiano	26.679.186-4	etelynafabiano@gmail.com
4	Simone C. C. Marciano	25.28.422.910-6	simarciano2@gmail.com
5	Marlene Fernanda Vilar	32.789.777-X	marlene.f@terra.com.br
6	Olina Maria D. Ribeiro	26.627.661-1	ribeywara1972@hotmail.com
7	Maria Brito de Oliveira	24.275.955-1	maria.brito@hotmail.com
8	Suzana Pereira da Silva	42.085.296-9	suzana@ig.com.br
9	Luciana de Azevedo Camargo	29.174.284-1	lucianalcamargo214@gmail.com
10	Marcos Vinicius Ribeiro	46.448.898-9	marcosvinicius192@gmail.com
11	Mila Jéssica Ribeiro	24.915.145-1	mila.jessica@hotmail.com
12	Isabel Cristina de Campos Puerça	11.114.116-3	isabelcristina@hotmail.com
13	Cristiane Thiera Ribeiro	33.275.952-0	cristiane.thiera22@gmail.com
14	Parana Pires de Oliveira	36.859.301-0	n.pires@hotmail.com
15	Christiane L. Costa Lima	32.507.226-7	CHRISTIANLY.20@hotmail.com
16	Silvia de Souza	28.765.012-9	tsouza2016@hotmail.com

I Encontro sobre Prestação de Contas - Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)			
Desenvolvido para a Prefeitura Municipal de Ibiúna/SP			
- MANHÃ - DIA 04/08/2021			
	Nome Participante	RG	E-mail
17	Luciany Ap <sup>a</sup> Favero Franquival	25.677.156-X	luciany_favero@hotmail.com
18	Cátia Regina Mourões, Jahnke	22.513.141-2	catiamecordes@yahoo.com.br
19	Virgínia Jânio Flores de Jesus Flores	26.331.642-4	virginiaflores@terra.com.br
20	Elaine do Nascimento	34.673.640-7	elaine_ap1982@hotmail.com
21	Maura Cecília Cirone	17.974.681-9	maura-cirone@hotmail.com
22	Janaina Silva Ruivo	29.819.481-8	NINARUIVO@GMAIL.COM
23	Rita de Cássia Leite dos Anjos	18.781.276-7	ritacarne2016@gmail.com
24	Ariane de Lima Moraes	33.240.889-9	ariane1m2013@gmail.com
25	Olívia Britânia G. de Gus. Machado	28.012.328-4	marcin17@yahoo.com.br
26	Rosana Conceição de Oliveira	29.817.491-2	rosana_conceicao@yahoo.com.br
27	Djenane Gangeiro	24.829.548-2	djenanegd@gmail.com
28	Fabiana L. R. Schiavello	40.882.329-X	fabidribelro@yahoo.com.br
29	Eliane Aparecida de Almeida	27.068.131-5	elianealmeida73@hotmail.com
30	Imineide Jahnke Rodrigues	23.690.421-8	imineidejahnkerodrigues@hotmail.com
31	Elite Rios Pedras de Oliveira	25.987.295-7	elite_dro@hotmail.com
32	Krisa Cristina Portela	13.046.761-3	portela.krisa@yahoo.com.br



# PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

I Encontro sobre Prestação de Contas - Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)			
Desenvolvido para a Prefeitura Municipal de Ibiúna/SP			
- MANHÃ - DIA 04/08/2021			
	Nome Participante	RG	E-mail
33	Luziana Maria Lemos Lencina	41627306-6	fernandiluziana4@gmail.com
34	Carine Pereira de Camargo	P. 416081-0	carinecamargo@gmail.com
35	Luziana Adad Demardi	42.095.223-8	Luziadad@gmail.com
36			
37			
38			
39			
40			
41			
42			
43			
44			
45			

## **Fotos:**





# **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA**

Estado de São Paulo



Também tem sido uma constante, a realização de cursos de capacitação profissional, principalmente para se instituir a cultura dos ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e maior eficiência no planejamento.

***Não houve segregação de funções entre os setores de lançadoria, arrecadação, fiscalização e contabilidade (questão no 1.3 do I-Fiscal);***

Com relação aos apontamentos, os setores de lançadoria, arrecadação, fiscalização e contabilidade possuem estruturas



# **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA**

Estado de São Paulo

independentes entre si, que cada um tem uma hierarquia que presa pela segregação das funções.

Diante disso, o apontamento da Auditoria, nos causou estranheza, e por isso não podemos concordar.

Estamos buscando a melhoria dos nossos serviços, dentre eles, passa-se por uma melhoria na reavaliação da nossa estrutura, porém isso não pode ser considerado uma falha.

***O servidor responsável pela contabilidade da Prefeitura Municipal não era ocupante de cargo de provimento efetivo (questão no 2 do I-Fiscal);***

Com relação ao responsável pela contabilidade, realmente o atual responsável, não é ocupante de cargo efetivo, porém isso ocorre, pois o responsável anterior teve o seu desligamento, e não houve tempo hábil para a reposição através de concurso, que será regularizado, nas próximas auditorias.

Mas, não se vislumbra qualquer ilegalidade com relação ao fato, haja vista que o profissional estando habilitado em Ciências Contábeis, está apto ao exercício da profissão, independentemente se ser servidor de provimento efetivo ou não.

Importante destacar que, até 31 de dezembro de 2021, estivemos sobre as proibições da lei complementar n. 173/20, que impedia o aumento de gastos com pessoal, sendo que ficamos impedidos da realização de uma maior reestruturação administrativa, e contratação de pessoal naquele ano.



# **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA**

Estado de São Paulo

***Não houve revisão periódica e geral do Cadastro Imobiliário, fato que pode comprometer a arrecadação e a justiça tributária (questão no 4 do I-Fiscal);***

Em seguida a auditoria aponta que no exercício em tela, não foi realizado a revisão periódica e geral do Cadastro Imobiliário.

Obviamente, o IPTU e tributos municipais são lançados logo nos primeiros meses do exercício, sendo que a base legal de lançamento, atualização, revisão ou não deveria ter sido feita pela administração anterior, e não foi feita.

Destaque-se ainda que é bem verdade que também ficaram prejudicadas em virtude das ações de isolamento social.

Porém, nas próximas auditorias, essas ações poderão ser verificadas, e a sua regularização comprovada.

***Nem todas as ações judiciais em que é parte no polo passivo foram controladas pela Prefeitura Municipal (questões nos 17, 17.1 e 17.2 do I-Fiscal).***

Finalmente quanto a este item, o apontamento do controle das ações que contam a Prefeitura no polo passivo, já foram objeto de argumentação do item B.1.5.3, e se tratam de 2 ações do ano de 1976 e 1978.

Desta forma, solicita-se a desconsideração deste apontamento e a proposta de regularização nas próximas auditorias.



# **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA**

Estado de São Paulo

## **B.3.2. RENÚNCIA DE RECEITAS**

### **Ausência de critérios objetivos na Lei para concessão de deduções fiscais**

Com relação aos apontamentos realizados por este Tribunal no tocante a revisão de tributos, realmente a Administração apontou a dificuldade da existência de critérios objetivos para a aplicação dos conceitos de aclave, declive, abaixo do nível da rua e acima do nível da rua, não havendo indicador mínimo ou máximo (inclinação do terreno) aceito para tais enquadramentos, permitindo análise subjetiva no deferimento do requerido.

Como se vê, a lei foi elaborada, promulgada e sancionada na gestão 2017/2020, sendo detectadas inúmeras irregularidades que foram sanadas, tais como a regularização do CNPJ através da regulamentação e formalização de parcelamento, bem como, recuperação de vários convênios.

Informa-se ainda que estão sendo realizados vários estudos pra adequar a legislação, objetivando sanar o problema apontado.

Com base nisso, pugna-se pelo afastamento do apontamento em questão, ou que ao menos, o mesmo seja analisado em futura auditoria, de modo que haja tempo hábil para solucionar a questão.



# **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA**

Estado de São Paulo

## **B.3.3. ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS**

### **Atraso nos pagamentos, quebra da cronologia das exigibilidades**

Com relação a quebra da ordem cronológica de pagamentos não podemos concordar, pois todos os pagamentos seguem estritamente as suas exigibilidades financeiras, vale ressaltar que as mesmas são feitas dentro de cada fonte de recursos.

O apontamento, cita empenhos liquidados nos exercícios de 2019 e 2020 sem o pagamento.

Ocorre que os **pagamentos seguem a ordem cronológica por fonte de recurso e vinculação**, desta forma, os empenhos a pagar com notas de 2019 e 2020, ainda sem pagamento, pode ser de recursos vinculados, que não teve o recebimento de recursos do Governo Federal ou Estadual.

Destaca-se a legislação que rege a matéria – lei n. 8666/93:

*“Art. 5º Todos os valores, preços e custos utilizados nas licitações terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 42 desta Lei, devendo cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada.”*

Diante das argumentações acima, solicitamos a proposta de regularização nas próximas auditorias, uma vez que não se registrou quaisquer atos dolosos ou de má fé.



# **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA**

Estado de São Paulo

## **PERPECTIVA C: ENSINO**

### **C.1.3. DEMAIS INFORMAÇÕES SOBRE O ENSINO**

**Déficit de vagas em creches, descumprimento do piso nacional do magistério; serviço de psicologia educacional e serviço social não implementado na rede pública escolar**

Sobre os apontamentos realizados acerca do descumprimento do Piso nacional mínimo do magistério público da educação básica para o exercício de 2021, a Ilma. Sra. Secretária de Educação, Rosa Cláudia Bello de Oliveira Silva, informou que conforme fala da Presidente do FUNDEB, embora não haja uma obrigatoriedade no cumprimento da referida lei, houve por parte da Prefeitura um posicionamento favorável deste ajuste, o qual foi mencionado em reuniões com Conselheiros do CME e FUNDEB e Sindicato dos Professores.

Por ser um cálculo com pequena diferença entre o piso atual e o piso nacional isso não afetaria o que temos como referência dos 70% dos Recursos do FUNDEB e também dos 25% de arrecadação do município.

No tocante ao apontamento realizado referente a ausência de implementação do serviço de psicologia educacional e de serviço social na rede pública escolar, cabe esclarecer que há este tipo de serviço no formato de Cargo Efetivo de Psicopedagogo.

O trabalho em Psicopedagogia é realizado por psicopedagogas efetivas, as quais atendem toda a Rede Municipal e paralelo a este serviço que é do Setor da Educação, ainda há a parceria com a Assistência



# **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA**

Estado de São Paulo

Social, através do CRAS; as despesas desta realidade decorrem do setor da educação para as psicopedagogas e da assistência social pelo setor da Promoção Social.

De modo que todos os estudantes do município estão recebendo atendimento e suporte adequado, nos termos da Lei n. 13.935, de 11 de dezembro de 2019 e da redação original do art. 26, parágrafo único, II, da Lei n. 14.113/2020, atual art. 26-A com a redação dada pela Lei n. 14.276, de 27/12/2021.

Com base nisso, pugna-se pelo afastamento do apontamento realizado.

## **C.2.IEG-M – I. EDUC – ÍNDICE C**

**Inadequações decorrentes dos quesitos do IEG-M 2021 que comprometem o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU**

Sobre os apontamentos realizados com relação as Creches Municipais e sala de aleitamento, a Ilma. Sra. Secretária de Educação expôs que não há sala construída especificamente para este fim, porém, é oferecida a todas as mães a possibilidade da continuação da amamentação.

As creches disponibilizam o melhor espaço existente para acomodação das mães e dos bebês. E se faz necessário informar que cada vez menos as mães confirmam a amamentação materna.



# **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA**

Estado de São Paulo

Com relação ao apontamento realizado que nem todos os estabelecimentos de Creche e Pré-Escola possuíam Pátio Infantil, cabe esclarecer que não existem pátios com dimensões de tamanhos padronizados, mas todas as escolas têm espaços destinados para recreação e em 2022 todas as escolas receberam Play Ground.

Ao contrário do apontado por este Tribunal de Contas, há sim atendimento especializado em creches para alunos com deficiência. Este trabalho é oferecido para toda a Rede Municipal, sendo creches, pré-escolas, ensino fundamental I e Educação de Jovens e Adultos. O Município possui 10 Pólos de Atendimento Educacional Especializado. Nesses pólos temos Professores Especializados em Educação Especial e Auxiliares de Professor. Os professores especializados destes polos atendem nas salas multifuncionais e nas salas regulares de ensino, dando suporte pedagógico aos professores que possuem alunos com deficiência e os auxiliares de professor apoiam os mesmos professores nas salas regulares de ensino.

Em 2021 não existiu laboratório de informática em funcionamento, porém houve em 2021 a **adesão ao Programa do PDDE – Internet Conectada**, que já fez a instalação da rede de conexão e em 2022 a implementação está acontecendo nas 37 unidades escolares aderidas ao programa.

Sobre a adaptação e acessibilidade para pessoas com deficiência, em 2021 e 2022 algumas necessidades foram atendidas utilizando recursos do programa PPDE Acessibilidade, mas ainda há urgências nas adaptações arquitetônicas que estão sendo sanadas.

Para as unidades escolares destacadas como prioridade dentre as emergências de reforma e ampliação, as adaptações diante



# **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA**

Estado de São Paulo

das barreiras arquitetônicas foram planejadas dentro de um grande projeto, mas ainda está em fase de desenvolvimento.

Com relação aos AVCB's, em 2021 iniciou-se a construção dos abrigos de gás nas unidades escolares, e em 2022 as vistorias se iniciaram com a colocação de extintores e sinalizações.

Assim, o município vem agindo de maneira proativa para atender aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável estabelecidos na Agenda 2030 entre países-membro da ONU, devendo ser afastado o apontamento realizado.

## **C.2.1. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ENSINO (I-Educ/IEG-M) – FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL**

Com relação as Unidades Educacionais destacadas, está sendo dada prioridade para realização das adaptações, reparos e ampliações destacados.

## **PERSPECTIVA D: SAÚDE**

### **D.1.1.5. DAS AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES (COMPRAS, OBRAS E SERVIÇOS)**

#### **Incompatibilidade do preço ajustado com o praticado no mercado**

Este Tribunal de Contas entendeu ter sido precária a realização de compra direta, no valor de R\$ 40.390,00, visando a



# **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA**

Estado de São Paulo

aquisição de 2000 testes rápidos de Covid – 19 IGG/IGM (TC-001244.989.21-6- Evento 39.4), tendo ainda constatado, em tese, a precariedade da pesquisa de preços realizada pela Origem por ter sido realizada em sítios da Internet.

Ocorre que considerando que não se compreende ato administrativo sem fim público, logo, toda e qualquer despesa somente poderá ocorrer para atendimento ao interesse e a finalidade pública. Deste modo, o princípio da finalidade corresponde a uma orientação obrigatória da atividade administrativa ao atendimento do interesse público, sem o qual o ato não é legítimo.

A Ilma. Secretária de Licitações, sra. Silvia dos Santos, justifica como legítima a apontada aquisição dos materiais/insumos (aquisição de Teste Rápido para detecção de COVID-19), por parte da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, tendo em vista as necessidades de realização de exames para confirmação ou não do coronavírus, com o objetivo de prestar serviços laboratoriais de saúde pública a toda população no âmbito do Município, neste momento de enfrentamento, combate e prevenção da pandemia mundial da COVID-19.

Verifica-se que houve o surgimento da demanda diagnóstica do coronavírus (Covid-19) e o aumento exponencial da necessidade da testagem continuada da população, caracterizada como casos suspeitos, além da necessidade da realização do diagnóstico diferencial para influenza e outros vírus respiratórios, de importância clínica, circulantes na população do Município, em ordem similar de agravamento.

Ainda, frente ao cenário de disseminação rápida do Sars-Covid-19, em decorrência do desastre classificado como Doenças infecciosas virais - 1.5.1.1.0 - Classificação e Codificação Brasileira de Desastre



# **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA**

Estado de São Paulo

- COBRADE, declarado como Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) e Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), levando o Governo do Estado a declarar Estado de Calamidade Pública em todo o território do Estado de São Paulo, para fins de prevenção e enfrentamento à pandemia do Covid19, realizou-se a pesquisa em sítios da internet de forma a agilizar o processo de aquisição de testes, objetivando-se a eficácia e rapidez no atendimento a população com vistas ao princípio constitucional da eficiência.

Considerando as competências da Secretaria Municipal de Saúde, verificou-se, a época, a necessidade da aquisição de kits para realização de exames para confirmação ou não do coronavírus, visando atender as necessidades EMERGENTES da Secretaria, com o objetivo de prestar serviços laboratoriais de saúde pública a toda população no âmbito do Município, visando, também, atender as orientações dispostas no Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo coronavírus, do Ministério da Saúde, quanto a prevenção e controle a infecção humana causada pela pandemia da COVID-19.

Ainda, vale ressaltar que o procedimento licitatório em questão observou as disposições contidas na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020; tendo a situação demandado o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, tendo em vista a possibilidade de sérios danos e agravos à saúde pública, a fim de prevenir e evitar disseminação da doença COVID-19 (Coronavírus) nas unidades de saúde municipais (hospitalar, ambulatorial).

Destarte, em situações que demandam uma ação rápida e eficaz por parte da administração pública, a Lei 8.666/1993 traz dispositivo que permite ao gestor a contratação direta de bens e serviços sem a



# PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

necessidade de prévio procedimento licitatório (art. 24, inc. IV); e o art. 4º da Lei nº 13.979/2020 dispõe que fica dispensada a licitação para aquisição de bens, serviços e insumos de saúde destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus; de tal sorte que verifica-se não ter havido irregularidades na aquisição e na pesquisa de preços através de sítios da internet.

Relembremos ainda que, para que seja caracterizado como situação adversa dada como emergência ou calamidade pública, além de concreto e efetivamente provável, o risco deve se mostrar iminente e gravoso, e que deve ficar configurado que a contratação emergencial é o meio adequado, efetivo e eficiente de afastar o risco iminente detectado (Decisão TCU nº 347/1994 – Plenário, Ministro Relator CARLOS ÁTILA ÁLVARES DA SILVA, Sessão 01/06/1994, Dou 21/06/1994).

E ainda, para o enfrentamento da Calamidade Pública de importância internacional decorrente do coronavírus, com base no que prevê o art. 3º da Lei Federal nº 13.979, 6 de fevereiro de 2020, deverão ser adotadas, entre outras, as seguintes medidas: I - isolamento; II - quarentena; III - determinação de realização compulsória de: a) exames médicos; **b) testes laboratoriais**; c) coleta de amostras clínicas; d) vacinação e outras medidas profiláticas; ou e) tratamentos médicos específicos; IV - estudo ou investigação epidemiológica; V - exumação, necropsia, cremação e manejo de cadáver; e VI - outras medidas e providências admitidas em direito..

Assim, demonstra-se que houve a aplicação das normas e princípios legais cabíveis a compra dos testes, tendo sido realizado procedimento de dispensa de licitação com base nos princípios da legalidade e da eficiência.



# **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA**

Estado de São Paulo

Sobre a autuação do processo para específico tratamento de aquisição efetuada em virtude da Pandemia, empresa contratada Material Med Produtos Médicos Hospitalares Ltda, a Ilma. Sra. Secretária de Licitações, Silvia dos Santos, esclarece que lhe cabe consignar que a descrição/caracterização dos insumos e medicamentos que o município submete ao crivo de licitação ou sua respectiva dispensa é consolidada pela Secretaria Municipal de Saúde através do Departamento interessado, não competindo tal atribuição ao setor de licitações, seja em decorrência de manifesta incompetência, seja por ausência de qualificação técnica de seus integrantes.

Contudo, a suposta ausência de descrição minuciosa/precisa dos medicamentos orçados pelo município é explicada no primeiro momento pela escassez de insumos no mercado à época da contratação em análise, ou seja, **a municipalidade não estava cotando o que necessitava, mas sim o que havia disponível no mercado, de sorte que no período da contratação em testilha havia até mesmo a necessidade de substituição de remédios adequados por outros equivalentes ou até mesmo compatíveis.**

Ainda que se possa suscitar um equívoco perpetrado pela Administração Pública em não discorrer minuciosamente os itens que pretendia adquirir, situação que impediria a aferição de compatibilidade de preços entre os contratados e aqueles praticados com o mercado, **é fato que tal análise pode e deve ser feita nos exatos moldes como a Douta SDG promoveu**, compulsando o que foi efetivamente adquirido pelo município de Ibiúna, o que por si só já tem o condão de relevar a falha em questão.



# **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA**

Estado de São Paulo

Novamente, faz mister socorrer-se da prescrição do artigo 22, § 1º da LINDB para consolidar que o município de Ibiúna, em meio à fase aguda da pandemia de COVID-19 no ano de 2021, se viu diante da necessidade de adquirir os medicamentos e insumos necessários e/ou disponíveis no mercado, razão pela qual as disposições legais abaixo transcritas devem ser fortemente consideradas:

*Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.*

*§ 1º Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.*

Resta, portanto, enfrentar o apontamento atinente à uma suposta contratação com parte dos itens em valores além daqueles consignados na tabela CMED.

Infortunadamente, essa situação não foi exclusividade do município de Ibiúna, mas ocorreu em todo o território nacional, pois, diante da escassez de medicamentos e insumos, as farmacêuticas e/ou distribuidores que detinham produtos em estoque acabaram por praticarem preços além daqueles definidos pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) de sorte que os municípios, para fazerem frente ao combate da pandemia de COVID-19, acabaram diante de verdadeiro estado de perigo (art. 156 do Código Civil) para tentarem salvaguardar o maior número de vidas possíveis.



# **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA**

Estado de São Paulo

Desta feita, considerando que esse argumento foi verificado única e tão somente a partir da manifestação da Douta SDG, a municipalidade de Ibiúna, independentemente do julgamento da demanda em questão, se pela regularidade ou irregularidade da contratação, adotará todos os procedimentos previstos na Lei Ordinária Federal N.º 10.742/2003.

## **D.2. IEG-M – I.SAÚDE – ÍNDICE C**

Este Tribunal de Contas apontou ocorrências relativas a ausência de AVCB/CLCB nas unidades de saúde do município, bem como, ausência (em algumas unidades) de alvará de funcionamento da Vigilância Sanitária. E ainda que todas as unidades de saúde necessitavam de reparos.

O sr. Secretário de Saúde, Valdir Messias de Almeida, expôs que a Secretaria de Saúde vem realizando treinamentos constantes para que os indicadores de índice de efetividade da Gestão Municipal sejam melhorados.

Expôs também que as Unidades de Saúde estão passando por reformas e adequações necessárias para que ocorra a liberação pelo Corpo de Bombeiros e posterior emissão do AVCB;

E que igualmente, as Unidades de Saúde estão passando por reformas e adequações necessárias para liberação da Vigilância Sanitária, e assim obter a expedição do Alvará de Funcionamento;



# **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA**

Estado de São Paulo

Noticia ainda que a maioria das Unidades já passaram por reparos que estavam precisando com urgência, e que todas as Unidades de Saúde estão no cronograma de reforma que já está em execução.

Assim demonstra-se que o município vem diligenciando para regularizar todos os prédios públicos a fim de sanar as irregularidades encontradas a fim de obter o máximo de efetividade na Gestão Municipal.

Sobre o Plano de Carreira, Cargos e Salários, o mesmo se encontra em estudo, sendo feita a análise do impacto financeiro orçamentário.

Por fim, informa que em 12 de agosto de 2021 foi inaugurado o Primeiro Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS) Infantil de Ibiúna, sendo a primeira vez na história do município que crianças e adolescentes de 0 a 17 anos, possuem um local exclusivo para o seu atendimento.

Assim, demonstra-se que o município vem reunindo esforços para a máxima efetividade no atendimento para seus munícipes.

## **D.2.1.1. FISCALIZAÇÃO REMOTA DE NATUREZA OPERACIONAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SAÚDE – HOSPITAL MUNICIPAL**

**Precária manutenção do próprio municipal; ausência de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros; ausência de distanciamento mínimo entre assentos e de barreira física apta a proteger a recepcionista; inexistência**



# **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA**

Estado de São Paulo

**de sinalização da área específica para atendimento a pacientes com síndrome gripal; falta de medicamentos;**

Primeiramente cabe esclarecer que o Hospital Municipal passou por uma reforma completa, dentre elas: pintura, troca de portas e janelas;

Atualmente a ala Covid encontra-se fechada, mas na época foram criados e adotados protocolos de distanciamento, e adequações de isolamento na sala de espera;

O Ilmo. Sr. Secretário de Saúde ainda informou não ser do seu conhecimento a falta de medicação, tendo em vista que existe uma empresa responsável pela gestão do hospital municipal que faz a compra de medicações e insumos conforme listagem passada semanalmente pela farmacêutica responsável;

Assim a Fazenda Pública vem agindo de modo a alcançar a efetividade dos Programas relativos à Saúde, pugna-se assim pelo afastamento do apontamento realizado.

## **D.2.1.2. FISCALIZAÇÃO REMOTA DE NATUREZA OPERACIONAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SAÚDE – VACINAÇÃO**

**Deficiências no controle, armazenamento e registro das doses de imunizante contra a Covid-19**

Com relação aos equipamentos apontados como faltantes na Vigilância Epidemiológica, informa-se que estão sendo providenciados junto ao setor de compras.



# **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA**

Estado de São Paulo

Também foi informado pelo Secretário de Saúde, que o Mapa de registro de temperatura e preenchimento no sistema VACIVIDA estão atualizados.

No tocante ao Procedimento Operacional Padrão de armazenamento dos imunizantes, o mesmo está atualizado e o armazenamento das vacinas está sendo realizado de maneira adequada, conforme preconiza o Ministério da Saúde.

De modo que todas as providências estão sendo executadas para alcançar as condições essenciais em equipamentos, instalações, controle de estoque e atualizações do Sistema VacíVida.

Assim, pugna-se pela desconsideração desse apontamento.

## **PERSPECTIVA E: GESTÃO AMBIENTAL**

### **E.1. IEG-M – I.AMB – ÍNDICE C**

**Inadequações decorrentes dos quesitos do IEG-M 2021 que comprometem o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membro da ONU**

Oficiada para manifestar-se sobre os apontamentos realizados por este Tribunal de Contas, a Secretaria de Meio Ambiente, através do sr. João Christopher de Arruda Pontes, Diretor da Divisão de Fiscalização e Proteção, manifestou-se esclarecendo que em setembro/2022 a Secretaria realizou mudança para um novo prédio com estrutura para o espaço



# **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA**

Estado de São Paulo

de Educação Ambiental, que já está sendo implementado, bem como, uma sala de vídeo e um espaço para recreação.

Quanto ao apontamento do Tribunal de Contas sobre a ausência de medidas de contingenciamento para períodos de estiagem, o sr. Diretor expôs que a Secretaria do Meio Ambiente ainda não desenvolveu esse plano de contingenciamento, porém, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano atende por meio de caminhão pipa os casos de maior necessidade.

Sobre a coleta seletiva de resíduos sólidos, informou que durante o ano de 2021 foi viabilizada uma parceria com a Cooperativa de Reciclagem e foi implementada em março de 2022 e desde então está sendo realizada a respectiva coleta.

Assim, não há que se falar em qualquer desatendimento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU, visto a proatividade municipal para adequar-se ao Desenvolvimento Sustentável.

## **PERSPECTIVA F: GESTÃO DA PROTEÇÃO À CIDADE**

### **F.1. IEG-M – I.CIDADE – ÍNDICE C+**

**Inadequações decorrentes dos quesitos do IEG-M 2021 que comprometem o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS estabelecidos pela Agenda 2030 entre países membros da ONU**

A Secretaria de Obras irá elaborar estudos e projetos para que sejam atendidos os calçamentos que estão impossibilitando a mobilidade.



# **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA**

Estado de São Paulo

A ilma. Sra. Luciana Atui dos Santos, Chefe Municipal de Proteção de Defesa Civil, informa que a Defesa Civil do Município, considerando a Lei n. 12.608/12 iniciou o projeto “Defesa Civil Monitora o seu Bairro”, em 08 de março de 2021, projeto este que consiste no mapeamento de áreas de risco em todos os bairros.

Após o mapeamento, foi encaminhado para os respectivos setores os levantamentos de dados para análises e providências pertinentes a cada setor.

Em setembro de 2021, o município foi contemplado para receber o programa de mapeamento de áreas de riscos dos municípios paulistas, realizado pelo Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA), por meio de Termo de Cooperação Técnica com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC), desde então a continuidade do mapeamento das áreas de risco está sendo realizada pelo IPA.

Quanto ao estudo de avaliação da segurança de todas as escolas e centros de saúde, informou-se que é realizado anualmente desde 2021 vistorias preventivas contra desastres em Escolas e UBS.

O estudo de avaliação não é realizado, pois no momento o município não possui no seu quadro de funcionários técnico em segurança.

Porém, as medidas necessárias serão urgentemente tomadas a fim de regularizar a falha apontada, com a certeza de sua correção em uma fiscalização futura.



# **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA**

Estado de São Paulo

## **PERSPECTIVA G: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

### **G.1.1. A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E A LEI DA TRANSPARÊNCIA FISCAL**

**Ausência de legislação local sobre acesso à Informação; insuficiente divulgação da gestão na página eletrônica do Município**

No tocante aos apontamentos realizados com relação às Políticas de Segurança da Informação e regulamentação em âmbito local da Lei de Acesso à Informação, o assunto já está sendo pautado para edição de lei, havendo sido solicitado que sejam executados os estudos necessários para a mais rápida implantação dessas medidas.

Com relação ao sítio eletrônico da Prefeitura Municipal e o fato de nem todos os relatórios permitirem a gravação em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto (CSV), o sr. Eder Pedroso de Oliveira, Responsável pelo Departamento de Informática, informou que a empresa Resoft é a responsável pela estabilidade do sítio eletrônico, a qual já foi notificada para verificar, regularizar e manter a estabilidade do site, bem como, disponibilizar ferramentas que possibilitem a gravação de dados.

Dessa forma, demonstra-se que o município vem agindo com a máxima presteza a fim de regularizar todas as possíveis intercorrências encontradas.



# **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA**

Estado de São Paulo

## **G.1.1.1. TRANSPARÊNCIA PÚBLICA ESPECÍFICA RELACIONADA À PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19**

### **Portal da transparência inacessível em parte do exercício em exame**

Com relação ao Portal de Transparência estar inacessível em parte do exercício em exame, cabe esclarecer que ocorreram falhas tendo em vista a ausência de transição de governo e ausências de pagamentos para a empresa contratada, mas uma vez identificado o problema foram engendrados esforços para solucioná-lo e obter a estabilidade do Portal da Transparência.

Em vista disto, pugna-se pelo afastamento do apontamento realizado.

## **G.2. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP**

### **Falta de encaminhamento de documentos/informações ao Sistema AudeSP – Fase III**

Com relação ao atraso no encaminhamento dos dados relativos à gestão de pessoal, cabe esclarecer que realmente houve uma dificuldade no início do exercício 2021, vez que não ocorreu a transição de governo e foi necessária a mudança de sistema que gera e emite a folha de pagamento, e em vista dessa mudança de sistemas, também foi necessária a realização da inserção e tratamento dos dados, o que ocasionou a demora constatada.

Esclarece-se que a situação foi regularizada, estando todas as informações atualizadas e como constatado por este Tribunal de Contas sem apresentar nenhuma divergência.



# **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA**

Estado de São Paulo

## **G.3. IEG-M – I.GOV TI – ÍNDICE C**

**Inadequações decorrentes dos quesitos do IEG-M 2021 que comprometem o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS estabelecidos pela Agenda 2030 entre países membros da ONU**

Com relação a ausência de atribuições dos servidores da área de Tecnologia da Informação, e não possuir Plano Diretor de Tecnologia da Informação vigente, ambos os tópicos estão em estudo para a mais rápida regularização, já havendo sido solicitado urgência na análise da questão para a mais breve regularização e implantação.

Igualmente, foi solicitado o estudo para regulamentação em âmbito municipal da Lei Geral de Proteção de Dados, a fim de atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos na Agenda 2030 entre países-membros da ONU.

## **PERSPECTIVA H: OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

### **H.1. PERSPECTIVAS DE ATINGIMENTO DAS METAS PROPOSTAS PELA AGENDA 2030 ENTRE PAÍSES MEMBROS DA ONU, ESTABELECIDAS POR MEIO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ODS**

Com relação as recomendações realizadas por este Tribunal de Contas, orientou-se a todas as secretarias do município a se atentarem rigorosamente a elas, de modo a obterem a máxima eficiência na gestão municipal e elevarem os resultados indicadores do IEGM.



# **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA**

Estado de São Paulo

Também foi solicitado o estudo para a edição e implementação do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

No que tange a restrição dos cargos comissionados aos casos de direção, chefia e assessoramento, fixando em lei atribuições e escolaridades compatíveis para o exercício de tais funções, cabe esclarecer que foi editada a **Lei Complementar Municipal n. 200 de 28 de março de 2022**, que “dispõe sobre a administração pública municipal, reestrutura a organização administrativa da Prefeitura Municipal de Ibiúna, Estado de São Paulo, reformula a estrutura administrativa, referente aos cargos em comissão e dá outras providências correlatas”, estando assim rigorosamente atendidos os requisitos para cargo comissionado de direção, chefia e assessoramento.

Também foi recomendado para a Secretaria de Finanças e Rendas Internas que implemente e execute um maior aprimoramento em suas peças orçamentárias, de modo a conter maiores detalhes e dados ao instruí-las.

Diante das argumentações tecidas, solicita-se a proposta de regularização nas próximas auditorias, uma vez que não se registrou qualquer ato doloso ou de má-fé.

## **DOS PEDIDOS**

Diante de todo o exposto, pugna-se à Vossa Excelência, o recebimento e processamento das justificativas trazidas à baila, determinando-se sua inclusão para a instrução dos autos e, por derradeiro, o



# **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA**

Estado de São Paulo

seu acolhimento, evidenciando **a aprovação das contas municipais no exercício 2021.**

Requer que todas as publicações ocorram em nome de MÁRCIA SIQUEIRA DIAS ROSA – OAB/SP 213.003, JOICE VIEIRA DELAGO – OAB/SP 284.672 E MARCELO CARVALHO ZEFERINO – OAB/SP 231.959.

Termos em que,

Pede Deferimento.

Ibiúna, 22 de novembro de 2022

MÁRCIA SIQUEIRA DIAS ROSA

Procuradora do Município

OAB/SP 213.003